

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS)

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS)

Cerro Largo/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS) ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 02 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS)
CNPJ/MF nº 88.894.548/0001-73

ATIVO			PASSIVO		
	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	1.594.649	1.386.148	CIRCULANTE	969.742	783.501
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	24.352	7.760	DEPÓSITOS (NOTA 12)	401.925	289.486
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	57.523	4.017	Depósitos à Vista	250.711	216.399
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	57.523	4.017	Depósitos Interfinanceiros	67.149	2.510
			Depósitos a Prazo	84.065	70.577
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	260.467	154.463	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	468.506	404.957
Carteira Própria	260.467	154.463	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1	41
			Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	468.505	404.916
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	290.727	408.535	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	5.867	4.785
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	1	Recursos em Trânsito de Terceiros	5.867	4.785
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	2.469	660			
Correspondentes no país	1.329	913	OUTRAS OBRIGAÇÕES	93.444	84.273
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	286.929	406.961	Cobrança e Arrecadação de Tributos	621	657
			Sociais e Estatutárias	20.274	16.430
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	897.038	758.189	Fiscais e Previdenciárias	5.257	4.144
Operações de Crédito	936.203	797.210	Diversas (NOTA 14)	67.292	63.042
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(39.165)	(39.021)			
OUTROS CRÉDITOS	62.441	52.418			
Créditos por Avals e Fianças Honorados	595	490			
Rendas a Receber	4.924	4.402			
Créditos Específicos	-	769			
Diversos (NOTA 08)	58.196	48.818			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.274)	(2.061)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	2.101	766			
Outros Valores e Bens	4.339	2.409			
(Provisão para desvalorização)	(2.391)	(1.779)			
Despesas Antecipadas	153	136			
NÃO CIRCULANTE	787.141	621.033	NÃO CIRCULANTE	953.141	829.877
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	787.141	621.033	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	953.141	829.877
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	135.191	126.290	DEPÓSITOS (NOTA 12)	850.332	781.696
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	135.191	126.290	Depósitos Interfinanceiros	20.447	14.577
			Depósitos a Prazo	829.885	767.119
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	563.564	409.147	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	102.809	48.181
Operações de Crédito	599.122	439.660	Repasse Interfinanceiros	102.809	48.181
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(35.558)	(30.513)			
OUTROS CRÉDITOS	3.743	3.802			
Créditos por Avals e Fianças Honorados	42	-			
Diversos (NOTA 08)	3.879	4.009			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(178)	(207)			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	41.206	37.241	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	458.907	393.803
Outros Investimentos	41.206	37.241	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	176.709	164.680
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	26.736	25.013	De Domiciliados no País	176.717	164.689
Imóveis de Uso	10.472	10.437	(Capital a Realizar)	(8)	(9)
Outras Imobilizações de Uso	42.463	37.717	RESERVAS DE SOBRAS	253.624	204.839
(Depreciação acumulada)	(26.199)	(23.141)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	28.574	24.284
INTANGÍVEL (NOTA 11)	16.701	19.540			
Outros Ativos Intangíveis	39.132	37.061			
(Amortização acumulada)	(22.431)	(17.521)			
TOTAL DO ATIVO	2.381.790	2.007.181	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.381.790	2.007.181

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS)
CNPJ/MF nº 88.894.548/0001-73

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA	128.745	-	128.745	250.883	1	250.884	228.256	-	228.256
Operações de Crédito	121.813	-	121.813	237.025	1	237.026	216.131	-	216.131
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	6.907	-	6.907	13.802	-	13.802	12.038	-	12.038
Resultado das Aplicações Compulsórias	25	-	25	56	-	56	87	-	87
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA	(53.086)	(346)	(53.432)	(98.420)	(558)	(98.978)	(88.049)	(219)	(88.268)
Operações de Captação no Mercado	(25.140)	(346)	(25.486)	(49.007)	(558)	(49.565)	(47.021)	(219)	(47.240)
Operações de Empréstimos e Repasses	(13.186)	-	(13.186)	(24.997)	-	(24.997)	(23.133)	-	(23.133)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.760)	-	(14.760)	(24.416)	-	(24.416)	(17.895)	-	(17.895)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA	75.659	(346)	75.313	152.463	(557)	151.906	140.207	(219)	139.988
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(35.755)	11.511	(24.244)	(67.939)	21.702	(46.237)	(64.763)	17.731	(47.032)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	10.484	22.193	32.677	20.770	44.113	64.883	19.309	38.386	57.695
Rendas de Tarifas Bancárias	10.815	-	10.815	21.043	-	21.043	20.131	-	20.131
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(32.676)	(4.612)	(37.288)	(61.891)	(9.854)	(71.745)	(61.845)	(8.148)	(69.993)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(25.471)	(4.462)	(29.933)	(49.315)	(8.385)	(57.700)	(52.457)	(8.909)	(61.366)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(60)	(1.009)	(1.069)	(195)	(2.019)	(2.214)	(1.710)	(195)	(1.905)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	22.703	1.127	23.830	42.917	1.306	44.223	51.987	1.250	53.237
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(21.550)	(1.726)	(23.276)	(41.268)	(3.459)	(44.727)	(41.693)	(3.138)	(44.831)
RESULTADO OPERACIONAL	39.904	11.165	51.069	84.524	21.145	105.669	75.444	17.512	92.956
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	414	650	1.064	(168)	642	474	(547)	918	371
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	40.318	11.815	52.133	84.356	21.787	106.143	74.897	18.430	93.327
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(511)	(511)	-	(4.507)	(4,507)	-	(2,180)	(2,180)
Provisão para Imposto de Renda	-	(286)	(286)	-	(2.764)	(2.764)	-	(1.227)	(1.227)
Provisão para Contribuição Social	-	(225)	(225)	-	(1.743)	(1.743)	-	(953)	(953)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(5,323)	-	(5,323)	(10,469)	-	(10,469)	(9,422)	-	(9,422)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	34,995	11,304	46,299	73,887	17,280	91,167	65,475	16,250	81,725
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	17,280	(17,280)	-	16,250	(16,250)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	34,995	11,304	46,299	91,167	-	91,167	81,725	-	81,725
REVERSÃO DA RESERVA DE EXPANSÃO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	1,095	-	1,095
RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO PELA REVERSÃO DE RESERVA	34,995	11,304	46,299	91,167	-	91,167	82,820	-	82,820
DESTINAÇÕES	-	-	-	(62,593)	-	(62,593)	(58,536)	-	(58,536)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(10.236)	-	(10.236)	(9.925)	-	(9.925)
Fates - Estatutário	-	-	-	(3.572)	-	(3.572)	(3.036)	-	(3.036)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(39.289)	-	(39.289)	(33.391)	-	(33.391)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(9.496)	-	(9.496)	(12.184)	-	(12.184)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	28,574	-	28,574	24,284	-	24,284

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS)

CNPJ/MF nº 88.894.548/0001-73

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	151.860	159.245	-	22.283	333.388
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	9.458	-	-	(18.838)	(9.380)
Destinações para reservas	-	-	1.114	(1.114)	-
Outras destinações	-	-	-	(2.331)	(2.331)
Capital de associados					
Aumento de capital	3.947	-	-	-	3.947
Baixas de capital	(10.303)	-	-	-	(10.303)
Reversões de reservas	-	19	(1.114)	1.095	-
Resultado do período	-	-	-	81.725	81.725
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(3.036)	(3.036)
Reserva Legal - Estatutária	-	33.391	-	(33.391)	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.718	-	-	(9.925)	(207)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	12.184	-	(12.184)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	164.680	204.839	-	24.284	393.803
Mutações do Período	12.820	45.594	-	2.001	60.415
Saldos no início do período em 01/01/2019	164.680	204.839	-	24.284	393.803
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	10.106	-	-	(20.133)	(10.027)
Outras destinações	-	-	-	(2.633)	(2.633)
Fundo Social	-	-	-	(1.518)	(1.518)
Capital de associados					
Aumento de capital	2.538	-	-	-	2.538
Baixas de capital	(10.565)	-	-	-	(10.565)
Resultado do período	-	-	-	91.167	91.167
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(3.572)	(3.572)
Reserva Legal - Estatutária	-	39.289	-	(39.289)	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.950	-	-	(10.236)	(286)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	9.496	-	(9.496)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	176.709	253.624	-	28.574	458.907
Mutações do Período	12.029	48.785	-	4.290	65.104
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	170.188	204.839	-	44.868	419.895
Capital de associados					
Aumento de capital	1.364	-	-	-	1.364
Baixas de capital	(4.793)	-	-	-	(4.793)
Resultado do período	-	-	-	46.299	46.299
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(3.572)	(3.572)
Reserva Legal - Estatutária	-	39.289	-	(39.289)	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.950	-	-	(10.236)	(286)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	9.496	-	(9.496)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	176.709	253.624	-	28.574	458.907
Mutações do Período	6.521	48.785	-	(16.294)	39.012

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS)
CNPJ/MF nº 88.894.548/0001-73

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	53.640	101.321	84.320
Resultado do semestre/exercício	46.299	91.167	81.725
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	7.341	10.154	2.595
(Reversão) Provisão para operações de crédito	7.308	5.190	(3.487)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	117	612	447
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(564)	(817)	(294)
Depreciação do imobilizado de uso	2.101	4.154	3.886
Amortização do intangível	2.541	4.910	4.384
Baixas do ativo permanente	16	130	141
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(484)	(596)	517
Destinações ao FATES	(3.572)	(3.572)	(3.036)
Dividendos SicrediPar	(122)	143	37
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(219.247)	(170.226)	(179.920)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	11.509	(62.407)	(106.882)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(260.467)	(106.004)	(9.400)
Redução em relações interfinanceiras ativas	8.027	1	21
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(2.305)	(1.809)	294
(Aumento) em relações com correspondentes	(427)	(417)	(138)
(Aumento) em operações de crédito	(202.547)	(298.455)	(273.793)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	124.706	118.177	80.561
(Aumento) em outros créditos	(8.643)	(9.289)	(7.079)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(1.387)	(1.947)	57
Aumento em depósitos	98.655	181.075	133.031
Aumento em relações interdependências passivas	1.894	1.082	1.594
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(13.683)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(2.949)	(5.401)	(5.774)
Aumento em outras obrigações	14.687	15.168	21.271
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(165.607)	(68.905)	(95.600)
Aquisição de Investimentos	(3.965)	(3.965)	(488)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.319)	(6.007)	(4.228)
Aplicações no Intangível	(528)	(2.071)	(7.590)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(6.812)	(12.043)	(12.306)
Integralização de capital	1.364	2.538	3.947
Baixa de capital	(4.793)	(10.565)	(10.303)
Juros ao capital próprio	(286)	(286)	(207)
Distribuição de Sobras	-	(14.179)	(11.711)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.715)	(22.492)	(18.274)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(176.134)	(103.440)	(126.180)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	487.416	414.721	540.901
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	311.281	311.281	414.721

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Serro Azul - Sicredi União RS (anteriormente denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Serro Azul - Sicredi União RS), ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 25/10/1913 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 02 de março de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	24.352	7.760
Caixa	24.352	7.760
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	286.929	406.961
Total	311.281	414.721

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	57.523	4.017
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	20.713	4.017
DI entre Banco e Cooperativas	36.810	-
Total circulante	57.523	4.017

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	135.191	126.290
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	61.020	6.566
DI entre Banco e Cooperativas	74.171	77.136
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	42.588
Total não circulante	135.191	126.290

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	260.467	154.463
Total circulante	260.467	154.463

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	352.843	418.384	771.227	636.843
Financiamentos	88.745	115.033	203.778	151.548
Financiamentos rurais e agroindustriais	494.615	65.705	560.320	448.479
Carteira total	936.203	599.122	1.535.325	1.236.870

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	595	42	637	490
Devedores por compra de valores e bens	2.032	3.870	5.902	5.897
Títulos e créditos a receber (i)	47.721	9	47.730	38.621
Total	50.348	3.921	54.269	45.008

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	76	1	-	-
Nível A	0,50	715.454	470.203	3.577	2.351
Nível B	1,00	470.614	437.846	4.706	4.378
Nível C	3,00	288.980	263.923	8.669	7.918
Nível D	10,00	38.135	41.328	3.814	4.133
Nível E	30,00	17.384	12.442	5.215	3.733
Nível F	50,00	12.030	10.970	6.015	5.485
Nível G	70,00	9.139	7.099	6.397	4.969
Nível H	100,00	37.782	38.066	37.782	38.066
Total (i)		1.589.594	1.281.878	76.175	71.033

(i) Em 31 de dezembro de 2019 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 0 (2018 - R\$ 769).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				Total da Carteira	2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	9.726	107.233	196.496	364.052	677.507	546.051
Rural	2.114	104.975	387.526	65.705	560.320	448.479
Industrial	370	5.668	6.377	17.591	30.006	37.852
Comércio	1.881	30.760	50.293	65.913	148.847	152.918
Outros Serviços	905	26.508	55.719	89.783	172.915	96.578
Total	14.996	275.144	696.411	603.044	1.589.595	1.281.878

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	68.609	4,32	48.923	3,82
50 devedores seguintes	138.425	8,71	109.791	8,56
100 devedores seguintes	141.120	8,88	121.023	9,44
Demais	1.241.440	78,09	1.002.141	78,18
Total	1.589.594	100	1.281.878	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	71.802	75.583
Constituição de provisão	24.416	17.895
Movimentação de baixados para prejuízo	(20.043)	(21.676)
Saldo final	76.175	71.802

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 15.480 (2018 - R\$ 18.806), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 85.377 (2018 - R\$ 80.626).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	193	323
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.160	1.516
Devedores por compra de valores e bens	2.032	1.897
Devedores por depósitos em garantia	2.324	2.516
Impostos e contribuições a compensar	85	113
Títulos e créditos a receber (ii)	47.721	38.612
Cotas de consórcio	2.126	1.778
Devedores por convênios	618	573
Operações com cartões	630	960
Pendências a regularizar	180	174
Outros	127	356
Total Circulante	58.196	48.818
Devedores por compra de valores e bens	3.870	4.000
Títulos e créditos a receber (ii)	9	9
Total não circulante	3.879	4.009

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	4.275	2.351
Imóveis	4.019	2.080
Veículos e afins	256	59
Bens em regime especial	-	212
Material em estoque	64	58
Despesas antecipadas	153	136
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(2.391)	(1.779)
Total Circulante	2.101	766

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 2.391 (2018 - R\$ 1.779) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	21.878	20.847
Sicredi Participações S.A.	19.325	16.391
Outras Participações e Investimentos	3	3
Sicredi Fundos Garantidores	3	3
Total	41.206	37.241

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	7.227.074 ON	5.315.874 ON	3	3	21.877.886	20.846.958
	15.032.403 PN	11.075.242 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	2,11%	1,86%	1,86%	1,86%	5,61%	5,44%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	5	-
Valor do investimento	19.325	16.391	3	3	21.878	20.847

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	52.935	(26.199)	26.736	25.013
Imobilizações em curso	-	1.927	-	1.927	1.219
Terrenos	-	335	-	335	300
Edificações	4%	10.137	(2.718)	7.419	7.821
Instalações	10%	12.251	(6.084)	6.167	5.932
Móveis e equipamentos de uso	10%	11.379	(6.300)	5.079	4.452
Sistema de comunicação	10%	513	(301)	212	430
Sistema de processamento de dados	20%	11.531	(8.209)	3.322	2.681
Sistema de segurança	10%	2.283	(920)	1.363	1.223
Sistema de transporte	20%	2.579	(1.667)	912	955
Intangível (i)		39.132	(22.431)	16.701	19.540
Investimentos Confederação		31.062	(18.345)	12.717	14.362
Outros ativos intangíveis		8.070	(4.086)	3.984	5.178
Total		92.067	(48.630)	43.437	44.553

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	250.711	-	-	250.711	216.399
Depósitos Interfinanceiros	201	66.948	20.447	87.596	17.087
Depósitos a prazo	26.844	57.221	829.885	913.950	837.696
Total	277.756	124.169	850.332	1.252.257	1.071.182

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	468.505	404.916
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	468.505	404.916
Total circulante	468.505	404.916
Recursos do Crédito Rural	102.809	48.181
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	102.809	48.181
Total não circulante	102.809	48.181

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/12/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	-	249
Obrigações por convênios oficiais	10	8
Provisão para pagamentos a efetuar	7.139	9.328
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	1.072	1.668
Outras Contingências	6	12
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	6.794	6.635
Pendências a regularizar	115	33
Operações com cartões	45.426	37.999
Demais fornecedores	2.424	2.821
Credores diversos	4.306	4.289
Total circulante	67.292	63.042

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	1.194	40	(411)	823
Cível	474	323	(548)	249
Total	1.668	363	(959)	1.072

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	823	1.194
Cível	Provável	249	474
Total		1.072	1.668

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 348; R\$ 70 e R\$ 744 (2018 - R\$ 1.324, R\$ 257 e R\$ 744), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	176.709	164.680
Total de associados	144.174	144.803

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 12.029 (2018 – R\$ 12.820), sendo R\$ 20.056 (2018 – R\$ 19.176) via integralização de resultados e R\$ 2.538 (2018 – R\$ 3.947), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 10.565 (2018 – R\$10.303).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,18% em Conta capital, no montante de R\$ 10.236, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 55% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 79 (R\$ 0 em dezembro de 2018), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais".

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	95.674	83.905
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(38.270)	(35.240)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	143	101
Provisão resgate de milhas cartão	92	(103)
Brindes e Doações	(169)	(488)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(27)	249
Receita com atos cooperativos	29.555	27.499
Juros sobre capital próprio	4.094	4.169
Lucros e dividendos	49	111
Outros	25	25
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	1.498
Subtotal	33.763	33.060
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(4.507)	(2.180)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	192.714	130.307
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	260.467	154.463
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	286.929	406.961
Outros Créditos - Rendas a receber	4.044	3.738
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.094	1.377
Investimentos (Nota 10)	41.206	37.241
Intangível (Nota 11)	12.717	14.362
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	36.093	17.087
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	571.314	453.097
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	45.438	37.049
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	9.247	12.038
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	27.080	21.801
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	27.073	34.150
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	79	-
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	1.488	90
Operações de Empréstimos e Repasses	24.997	23.133
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	5.292	4.941
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	19.632	19.042

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	219	0,09%	789
Depósitos a prazo	3.731	0,41%	2.802
Operações de crédito	2.473	0,16%	1.937

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	3.499	3.650

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	1.637	1.482
Despesa de aluguéis	4.797	4.540
Despesa de comunicação	2.887	2.689
Despesa de manutenção e conservação	4.057	4.845
Despesa de material	967	944
Despesa processamento dados	1.323	992
Despesa de promoções e relações públicas	4.710	7.003
Despesa de propaganda e publicidade	738	745
Despesa de seguro	667	1.205
Despesa de serviços do sistema financeiro	5.936	5.633
Despesa de serviços de terceiros	1.384	1.368
Despesa de serviços de vigilância e segurança	3.339	3.167
Despesa de serviços de técnicos especializados	3.165	3.541
Despesa de serviços de transportes	3.459	3.444
Despesa de viagem	447	1.429
Despesa de depreciação e amortização	5.748	5.337
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	3.316	2.933
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	5.421	5.836
Outras despesas administrativas	3.702	4.233
Total	57.700	61.366

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	1.690	3.469
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	26.080	32.913
Absorção de dispêndios FATES	5.401	5.774
Reversão de provisões operacionais	10.600	9.714
Outras rendas operacionais	452	1.367
Total	44.223	53.237

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	7.390	7.668
Contribuições Cooperativistas	131	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.236	631
Contribuição Confederação Sicredi	17.479	16.157
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	1.670	1.834
Encargos da administração financeira	141	218
Repasse administradora de Cartões	634	870
Outras despesas de Cartões	2.970	2.934
Outras provisões operacionais	5.143	5.315
Despesas de fianças bancárias	4.295	4.441
Outras despesas operacionais	3.638	4.645
Total	44.727	44.831

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	403.602	369.152
Coobrigações em cessões de crédito	129	154
Total	403.731	369.306

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	442.206	374.263
Nível I (NI)	442.206	374.263
Capital principal - CP	442.206	374.263
Capital social	176.709	164.680
Reservas de capital	253.624	204.839
Lucros acumulados	28.574	24.284
Ajustes Prudenciais	(16.701)	(19.540)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.952.201	1.756.220
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	5.528	7.611
Margem de Capital (i)	231.696	182.249
Índice de Basileia (PR / RWA)	22,65%	21,31%
Situação de Imobilização (Imob)	26.739	25.016
Índice de Imobilização (Imob / PR)	6,05%	6,68%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Giovani John
Diretor Executivo
CPF: 666.099.760-15

Fernando Reichert Haas
Diretor de Operações
CPF: 962.677.800-82

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20